

O Lado Americano de Richard Morse

Lúcia Lippi Oliveira

Richard Morse, intelectual, ensaísta e historiador norte-americano, falecido em 17 de abril de 2001, tem sido apresentado às novas gerações como um autor singular.

No livro *Um Americano Intranquilo*, organizado em 1992 por Helena Bomeny a propósito dos setenta anos do autor, Morse recebe qualificativos de vários tipos: estudioso do Brasil que não se considerava brasilianista, autor que revigora a grande tradição ensaística brasileira. Esse livro contou com contribuições de Antonio Candido, Carlos Guilherme Mota, Francisco Falcon, Haroldo de Campos, José Murilo de Carvalho, Roberto DaMatta e Wanderley Guilherme dos Santos, o que por si só já aponta para uma galeria ilustre de amigos. Helena Bomeny refere-se a Morse em sua apresentação como um historiador mais ligado aos literatos e até aos cientistas sociais do que aos historiadores. “Da literatura teria extraído, além do humor e da erudição, a permissão para uma narrativa assistemática, intuitiva, simbólica e povoada de *insights*. Isto o afastou da matriz moderna, científica da história, que tem no rigor documental, na pesquisa empírica e no relato sistemático e imparcial seus pilares de sustentação”. E conclui: “Entre as disciplinas da história e da ciência social, Morse preferiu a *indisciplina*” (1992, pp. 4-5).

Os traços mais marcantes de sua biografia foram assim lembrados: viajou pela primeira vez para Cuba em 1940, participando da política norte-americana que visava a re-

forçar a colaboração hemisférica no Continente. Esteve envolvido na elaboração de uma história comum para as Américas e participou de um programa de intercâmbio então organizado. Morse chegou ao Brasil em 1947, com bolsa do Departamento de Estado. Passou um ano em São Paulo pesquisando para sua tese de doutorado, apresentada na Universidade de Columbia, que foi publicada no Brasil sob o título *Formação Histórica de São Paulo*. Em São Paulo interessou-se pelos modernistas, principalmente Mário e Oswald de Andrade e estabeleceu relações com uma geração de ensaístas, literatos, historiadores e cientistas sociais: Fernando de Azevedo e seus dois assistentes – Antonio Candido e Florestan Fernandes –, além de outras figuras que vieram a compor a nata da intelectualidade paulista e brasileira como Sergio Buarque de Holanda, João Cruz Costa, Sergio Milliet, Décio de Almeida Prado e Lourival Gomes Machado.

Lembro-me de um depoimento de Morse em que mencionou ter vindo para um canto remoto da América onde descobriu que estava no centro do mundo, pois foi em São Paulo que tomou conhecimento de autores europeus ignorados em Nova York e na Universidade de Columbia. Quem não gosta de ouvir isto? Mário de Andrade já observou, a propósito do reconhecimento norte-americano da qualidade excepcional da arquitetura brasileira, que a “consciência de nossa normalidade humana só mesmo os

estrangeiros é que podem nos dar. Porque nós, pelo mesmo complexo de inferioridade, ou reagimos caindo num por-que-me-ufanismo idiota, ou num jeça-tatuímo conformista e apodrecente”.

Isto se repete no caso de seu livro *O Espelho de Próspero*, publicado em 1982 no México, em 1988 no Brasil, e jamais publicado nos Estados Unidos. Esse livro atualiza a discussão em torno das civilizações anglo-americana e ibero-americana. Morse, de um lado, afirma que a sociedade individualista, racional e desencantada, representada pelos prósperos Estados Unidos, estaria precisando buscar outras fontes para sua revitalização. De outro, analisa a herança ibérica na América Latina não mais como sinônimo de atraso e anacronismo, incapaz de possibilitar a criação dos fundamentos da razão moderna. Morse em *O Espelho de Próspero* passa a mensagem de que a América Latina tem uma grande cultura e a usa como espelho para criticar a cultura norte-americana. Muito já se discutiu e escreveu sobre iberismo em decorrência desse livro.

Sem negar a relevância ou a singularidade de Morse, quero, neste momento, lançar um novo olhar sobre o autor, observando uma marca até então pouco mencionada.

Em uma entrevista com Richard Morse, publicada no número 3 da revista *Estudos Históricos* (1989), encontra-se uma boa pista do que quero destacar aqui como o lado norte-americano de Morse. Ele afirma: “Eu mesmo, quando estava pesquisando sobre São Paulo, li muitos estudos escritos por brasileiros que realmente não eram muito úteis porque não apresentavam documentação: a bibliografia era escassa, os autores não tinham acesso ao que era escrito fora do país, e sobretudo havia muito amadorismo” (p. 90).¹

Considero o lado americano de Richard Morse o esforço para organizar e racionalizar as fontes de pesquisa. Esse traço já podia ser percebido em autores como Donald Pierson e Charles Wagley, que fizeram parte de uma

geração de pesquisadores norte-americanos com fortes laços com o Brasil. Pierson, representante da chamada Escola de Chicago, participou da implantação do mestrado na Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo. Para ele, a sociologia no Brasil, nos anos de 1940, estava em sua “infância”, já que não constituía ainda um saber especializado. A falta de biblioteca e arquivos organizados é também mencionada no capítulo “Sociologia”, de autoria de Pierson, no *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*. Esse livro foi editado no Brasil em 1949, por Rubens Borba de Moraes e William Berrien, editores do *Handbook of Brazilian Studies*, e por autores que fizeram parte da experiência de intercâmbio nos tempos da Política de Boa Vizinhança. Outra figura fundamental à época foi Lewis Hanke, que, entre 1936 e 1940, editou o *Handbook of Latin American Studies*, publicado sob responsabilidade do Comitê de Estudos Latino-Americanos sob a chancela do Social Science Research Council. Hanke esteve no Brasil em 1940 e fez contatos com Rubens Borba, Sergio Buarque de Holanda e Augusto Meyer, que resultaram na visita de Sergio Buarque, do Instituto Nacional do Livro, e de Luís Jardim, do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, aos Estados Unidos em 1941. Hanke, é preciso lembrar, tornou-se mais tarde professor da Universidade do Texas, em Austin, não por acaso onde fica a maior biblioteca especializada em América Latina nos Estados Unidos.

Nos anos de 1970 começa a ser organizado o *establishment* acadêmico brasileiro em seu formato atual, montado com a ajuda da Fundação Ford, dos investimentos internos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, gerenciado pela Finep, da CAPES e do CNPq, como já foi analisado por Sergio Miceli no livro *A Desilusão Americana* (1990). Durante esse período, Morse foi consultor da Fundação Ford no Brasil. Ele pode ser

considerado uma figura de transição, já que seu contato com Brasil é resultado da Política de Boa Vizinhança (anos de 1940), que teve como subproduto a formação da geração de brasilianistas, e dos novos tempos, marcados pela atuação da Fundação Ford nos anos de 1970.

Morse retoma em sua atuação uma questão que já estava presente desde a primeira geração de norte-americanos no Brasil: a necessidade de oferecer informações, bibliografias e serviços à comunidade das ciências sociais. A produção e a divulgação de guias, repertórios bibliográficos e *newsletter* são características das atividades acadêmicas dos norte-americanos no Brasil e no mundo. Isto é feito em nome da democracia, já que um dos recursos-chave do mundo tradicional é a reserva de informação.

Encontrei-me com Richard Morse e Thomas Skidmore no CPDOC e acompanhei a defesa que fizeram da importância de se publicar um boletim bibliográfico em ciências sociais reunindo instituições e pessoas que fossem sensíveis a essa demanda. Para atingir tal objetivo, Morse e Skidmore tiveram de vencer as barreiras que tínhamos, e ainda temos, contra instituições como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Academia Brasileira de Letras, Instituto Histórico e Geográfico Nacional, Biblioteca Nacional e

Arquivo Nacional. É preciso lembrar que a geração de acadêmicos brasileiros, formada nos anos de 1960, recusava não só o passado brasileiro mas também as instituições representantes desse passado.

Em sua passagem pela Fundação Ford, Richard Morse foi um defensor da proposta de se publicar o que hoje é o Boletim Informativo e Bibliográfico (BIB). O Grupo de Documentação em Ciências Sociais (GDCS), criado em 1974, visava a incentivar o desenvolvimento de uma infra-estrutura de documentação e pesquisa para as ciências sociais. E foi em uma das áreas do GDCS, a que se ocupava de biblioteca, bibliografia e informação, que surgiu a proposta do BIB, então criado graças a um convênio entre o GDCS e o Iuperj. Essa área reunia representantes da história da UFF, a ciência política do Iuperj, a pesquisa histórica do CPDOC, a antropologia do Museu Nacional e a informação do Ibict. Esse grupo, de certa forma inédito, mais tarde reproduzido no Conselho Editorial do BIB, talvez possa ser lido como a marca de Richard Morse: O BIB como aparece em seu n. 1, de 1977, queria “contribuir para uma nova etapa do desenvolvimento institucional das ciências sociais no Brasil de hoje”. E hoje, 2001, pode-se dizer que esse modelo norte-americano teve amplo sucesso.

Notas

1. Essa entrevista pode ser consultada no portal CPDOC www.cpdoc.fgv.br.